



A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA REDE MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS: DO FUNCIONAMENTO À ELABORAÇÃO DE MATERIAL PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA

Carina Santiago dos Santos¹

Resumo: No presente artigo, apresento um recorte dos estudos e debates elaborados em dissertação de mestrado defendida em 2016, fruto da primeira turma do Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória, na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, financiada pela Capes. Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Rede Municipal de Florianópolis e a elaboração de material para o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira são os focos deste ensaio.

Palavras-chave: educação das relações étnico-raciais; ensino de história e cultura africana e afro-brasileira; educação de jovens e adultos.

YOUTH AND ADULT EDUCATION NETWORK OF FLORIANÓPOLIS: FROM THE OPERATION TO THE ELABORATION OF MATERIAL FOR THE TEACHING OF AFRICAN AND AFRO-BRAZILIAN HISTORY AND CULTURE

Abstract: In the present article, I present a review of the studies and debates elaborated in a master 's thesis defended in 2016, the result of the first group of the Professional Master' s Degree in Teaching History - ProfHistória, at the State University of Santa Catarina - UDESC. Youth and Adult Education (EJA) of the Municipal Network of Florianópolis and the preparation of material for the teaching of African and Afro-Brazilian History and Culture are the focus of this essay.

Key-words: ethnic-racial relations education; teaching african and afro-brazilian history and culture; youth and adult education.

L'ÉDUCATION DES JEUNES ET DES ADULTES DANS LE RÉSEAU MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS: DE L'HISTOIRE ET DE LA CULTURE AFRICAINE ET AFRO-BRÉSILEENNE

Résumé: Dans cet article, je présente une revue des études et débats élaborés dans un mémoire de master défendu en 2016, résultat du premier groupe du Master professionnel en enseignement de l'histoire - ProfHistória, à la Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, financé par Capes. L'Éducation des Jeunes et des Adultes (EJA) du Réseau Municipal de Florianópolis et la préparation de matériel pour l'enseignement de l'histoire et de la culture africaines et afro-brésiliennes sont au centre de cet essai.

Mots-clés: éducation aux relations ethniques et raciales; enseigner l'histoire et la culture africaines et afro-brésiliennes; éducation des jeunes et des adultes.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História - UDESC na linha Culturas Políticas e Sociabilidades. Pesquisadora Associada do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros - NEAB/UDESC e ao Laboratório de Ensino de História - LEH/UDESC.



LA EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS EN LA RED MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS: DEL FUNCIONAMIENTO A LA ELABORACIÓN DE MATERIAL PARA LA ENSEÑANZA DE HISTORIA Y CULTURA AFRICANA Y AFRO-BRASILEÑA

Resumen: En el presente artículo, presento parte de los estudios y debates elaborados en la tesis de maestría defendida en 2016, fruto de la primera clase del Máster Profesional en Enseñanza de Historia (ProfHistoria), de la Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), con financiamiento de la Capes. El área de Educación de Jóvenes y Adultos (EJA), de la Red Municipal de Florianópolis y la elaboración de material para la enseñanza de Historia y Cultura Africana y Afrobrasileña son los ejes de este ensayo.

Palabras-clave: educación de las relaciones étnico-raciales; enseñanza de historia y cultura africana y afrobrasileña; educación de jóvenes y adultos.

PARA INÍCIO DE CONVERSA

Este trabalho objetiva apresentar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e seu funcionamento na Rede Municipal de Educação de Florianópolis e, a partir de suas especificidades, a construção de material provocativo a professores e gestores da modalidade, constituído de encaminhamentos pedagógicos acerca da História e cultura africana e afro-brasileira.

As inquietações oriundas da prática cotidiana como coordenadora de um núcleo de EJA da Rede Municipal (RME) de Florianópolis foram decisivas para a motivação da pesquisa, uma vez que, nas formações e planejamentos, meus colegas apontavam muitas dificuldades em trabalhar com as histórias e culturas africanas e afro-brasileiras. Por outro lado, os estudantes traziam a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) em seus levantamentos de interesses e, observando os cenários projetados em sala, percebeu-se a necessidade de estudar a questão e propor uma devolutiva no intuito de minimizar estas lacunas na escola.

Neste sentido, organizou-se proposta para auxiliar na implementação de ERER e História e Cultura Africana e Afro-brasileira na EJA, orientando a equipe pedagógica, em especial os docentes. Para tanto, partimos do estudo das problemáticas² elaboradas

² A problemática é a unidade de planejamento das ações pedagógicas na EJA na Rede Municipal de Educação de Florianópolis. Expressa um grande questionamento do estudante e a partir deste abre-se um mapa de pesquisa, criando o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento para a resolução da problemática.



pelos estudantes da EJA Centro I - Matutino entre 2010 até 2015, vislumbrando proposições didáticas relacionadas à História e cultura africana e afro-brasileira, dialogando com as problemáticas e, trazendo aos estudantes, perspectivas diferenciadas das quais habitualmente têm acesso, utilizando reflexões articuladas a matrizes não centradas em aspectos e padrões europeus.

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: FUNCIONAMENTO E SUAS ESPECIFICIDADES EM FLORIANÓPOLIS

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) transita entre os espaços escolares, bem como é campo frutífero da educação popular, por isso apresenta tantas possibilidades e lida com atores absolutamente diversos. Estes sujeitos, em grande medida, foram ou são mantidos à margem e, assim sendo, interessa pensar a realidade da EJA, hoje, e ponderar “a realidade de jovens e adultos, na sua maioria negros, que vivem processos de exclusão racial e social” (GOMES, 2011, p. 90).

A Educação de Jovens e Adultos aparece como modalidade na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei Federal 9394/96, enquanto alternativa possível de educação para aqueles que não tiveram a escolaridade garantida dentro do estabelecido como idade própria para a realização de cada etapa da educação escolar (Brasil, 1996). O texto da LDB pontua também que esta modalidade de ensino deve respeitar características, necessidades e peculiaridades dos estudantes a partir dos 15 anos de idade, valorizando os saberes não escolares que carregam consigo.

Levando em consideração o universo plural de sujeitos e saberes envolvidos na proposta de uma EJA que respeite as trajetórias de vida das pessoas como elemento constitutivo da organização pedagógica da escola, Paulo Freire (1996) contribui em nossa reflexão acerca da prática docente, auxiliando a proposta do presente artigo, permanecendo atuais as abordagens do autor, pois para ele ensinar é criar as possibilidades para a produção ou construção do conhecimento. Nesta dialética entre professor e estudante, há aprendizagem e ensinamento para ambos e um processo depende do outro, demandando criticidade.

Nesta perspectiva, a EJA na Rede Municipal de Florianópolis se apresenta, implementando a pesquisa como Princípio Educativo, um caminho para contemplar as



especificidades dos sujeitos. Antes de nos determos neste aspecto, torna-se pertinente apresentarmos a estrutura da EJA no município.

Em termos legais, a EJA é organizada pela Resolução do Conselho Municipal de Educação (CME) 01/2008. Neste documento, explicitam-se os pormenores da organização da EJA: curso presencial, oferecido em dois segmentos equivalentes aos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, chamados de primeiro e segundo segmentos, que funcionam em núcleos. Estes devem contar com estrutura física adequada para o desenvolvimento das atividades escolares e a equipe pedagógica é composta por coordenador e professores de todas as disciplinas. Na Rede Municipal de Florianópolis, a EJA é estruturada atualmente em núcleos e polos, de acordo com a demanda de estudantes e estão distribuídos pelas regiões da cidade: centro, sul, norte e continente.

Neste sentido, em cada ano o número de núcleos pode variar, bem como os pólos vinculados, extensões dos núcleos que atendem uma determinada área de abrangência.

A EJA é regulamentada pela Resolução 02/2010 (SME, 2010) do CME, tendo por finalidade atender aos estudantes que por alguma razão não puderam concluir seus estudos de Ensino Fundamental dentro do período considerado adequado à sua idade.

A literatura pontua que os sujeitos da EJA apresentam uma relação tensa com os saberes escolares, permeada por reprovações, rotulações, padrões e exclusões, situações a serem consideradas no acolhimento pela EJA.

Ao explicitar como a EJA organiza e desenvolve suas práticas pedagógicas por meio da pesquisa, evidenciamos a escolha deste caminho como forma de valorizar e ter como ponto de partida os saberes de seus sujeitos, não ignorando saberes escolares envolvidos neste fazer.

Alguns instrumentos de registro contribuem para a avaliação processual e constante: cadernos de pesquisa; diário individual; atividades extraclasse de iniciativa própria ou propostas pelos professores; relatórios de saídas de estudo; materiais para socialização das pesquisas; ficha de avaliação de pesquisa e texto final de pesquisa elaborado pelo educando.



O NÚCLEO EJA CENTRO I – MATUTINO: CARACTERIZAÇÃO E ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA

O Grupo Escolar Silveira de Souza foi inaugurado em 28 de setembro de 1913, nos moldes de um projeto de Estado que implantou instituições semelhantes por todo o país.

Em 2010, a trajetória quase centenária da escola, passou a abrigar a EJA e, deste modo, houve a reestruturação do local como espaço de formação inicial e continuada de Jovens, Adultos e Idosos, destinado desde o princípio para ser escola.

Por ser o único núcleo aberto no período diurno, a maioria dos estudantes é composta por adolescentes. Muitos dos estudantes com mais de 18 anos são trabalhadores que desenvolvem suas atividades nas imediações, bem como entram em seus empregos no período vespertino e noturno, além dos idosos que buscam escolarização e espaços de convivência.

A escola situa-se em área nobre da cidade e próxima à Beira Mar Norte, com entorno composto por moradias de classe média alta. A edificação é tombada, conforme destaca o trecho do PPP (2015, p.03) do núcleo:

O núcleo [...] Fica próximo a comércios (*shopping*), restaurantes, área residencial de classe média e alta, escolas particulares, clínicas médicas. O prédio, situado [...], área de elevado valor imobiliário e central da cidade, oferece educação gratuita e de qualidade a jovens, adultos e idosos, através da modalidade EJA [...]. O prédio é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico do Município de Florianópolis/SC. (PPP, 2015)

Na Educação de Jovens e Adultos a presença de estudantes afrodescendentes compõe ponto comum na literatura da área, constituindo o público historicamente atendido nesta modalidade, não escolarizados ou portadores de trajetórias escolares marcadas pela repetência. Então, os índices educacionais permanecem apontando a escola enquanto incapaz de atender adequadamente os estudantes afros, impedindo sua aprendizagem significativa, fator que merece nossa atenção enquanto estudiosos e preocupados com a realidade educacional e suas possibilidades de transformação.



O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA: CONSTRUÇÃO DE PROPOSTA DE AÇÃO DIDÁTICA NA EJA

A escola constitui espaço para repensar o currículo e alterá-lo dentro das demandas e legislações em vigência no campo da educação e, em função disso, tensões se desenrolam e tomam corpo ao pôr em debate, ou não, um viés historiográfico estereotipado e ainda embasado em olhares pouco motivadores para além da temática da escravidão dos povos de origem africana.

Esta necessidade parte do reconhecimento de que a escola dissemina uma história pautada em valores eurocêntricos, alheios à diversidade como elemento de riqueza populacional, além de hierarquizá-la. Neste sentido, Tânia Muller e Wilma Coelho (2013, p. 9) afirmam que

a escola passa a ser concebida como um lugar prioritário de formação de identidades e os Governos como responsáveis pela formação continuada de Professores. Além disso, exige uma relação estreita e sistemática entre Governos federal, estaduais e municipais, uma vez que a regulamentação exprime ações e, portanto, políticas públicas, que devem ser acompanhadas pelos Conselhos Municipais e Estaduais e pelas Secretarias de Educação para fazer com que aconteça a implantação e a implementação da Lei nº. 10.639/03, logo a LDB.

Nesta perspectiva, persistir na defesa de que a escola é plural sem visibilizar as práticas dos grupos sociais e raciais que a compõem significa colaborar com a perpetuação da invisibilidade e exclusão de afrodescendentes. Pensar no ambiente escolar enquanto espaço respeitoso demanda questionar o postulado de uma cultura europeia universal, ponto de comparação e hierarquização para demais grupos e sujeitos.

As manifestações racistas e preconceituosas são frequentes e muitos professores e gestores ainda argumentam a não necessidade do debate e do ensino de História e cultura africana e afro-brasileira, bem como de EREER. Admitir e pensar a escola como branca, ocidental e colonialista requer debater a conceituação de branquitude e também as implicações deste estudo e perspectiva de análise para o ambiente escolar, como espaço social não isolado, mas reprodutor das estruturas sociais.



Lourenço Cardoso (2008), ao tratar do tema, define que a branquitude é acima de tudo um espaço de privilégio, uma vez que ao se despir de sua raça o branco assume papel normativo, desobrigado de se colocar na condição de opressor em uma sociedade racista como a brasileira. Ao se tornar invisível no debate das relações raciais por não se definir no espaço racializado, acaba colocando todos que não são iguais a si na condição de “outro”, de “minoria”, principalmente no que diz respeito aos espaços de poder e riqueza.

Neste sentido, quando abordamos a ideia de uma escola como espaço da branquitude, institucionalmente racista, falamos de uma escola que não questiona os padrões estabelecidos, ou que perpetua estes arquétipos e certamente qualquer uma das duas possibilidades configuram escolhas, caminhos com intencionalidade pedagógica.

A escola possui obrigação de debater e abordar os temas oriundos das relações sociais que permeiam a vida cotidiana dos estudantes e demais atores na cena pedagógica, pois estas relações afetam diretamente as condições de aprendizagem dos sujeitos.

Deste modo, nosso intuito é contribuir com a construção de uma escola mais igualitária no que diz respeito à visibilidade das experiências culturais e estudo dos pilares dos povos africanos e afro-brasileiros. Conhecer o que os múltiplos sujeitos históricos têm a dizer permite construirmo-nos enquanto seres mais respeitosos, evitando visões idealizadas ou de uma essência africana.

Portanto, pensar a escola significa atentar para configurações sociais mais amplas, que extrapolam os muros escolares. Assim, mobilizar saberes docentes e estudantis, bem como o encontro de ambos nas práticas do ensino de História na EJA Centro I - Matutino, faz-se fundamental para que a construção da proposta de ação didática compartilhada contribua para um ensino de História e cultura africana e afro-brasileira de qualidade.

Com base nessas afirmações, as proposições de atividades direcionadas ao ensino de cultura e história africana e afro-brasileira na EJA encontram ponto de partida. O processo teve início através da aplicação de questionários com estudantes e professores do núcleo EJA I – Matutino em Florianópolis.



Os questionários foram aplicados com o corpo docente em 2015 com perguntas semiestruturadas e de livre resposta. O núcleo conta com o maior número de profissionais efetivos na EJA e este aspecto propicia, mesmo com o ingresso anual de professores contratados em caráter temporário, a continuidade do trabalho pedagógico. Alguns aspectos merecem ser destacados: seis dos oito professores do núcleo da EJA em estudo conhecem os termos da Lei Federal 10.693/03, sendo o veículo de conhecimento da legislação a Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Também todos reconhecem que a legislação é relevante para conhecimento da cultura, enfrentamento e diminuição do racismo e conhecimento da contribuição da população de origem africana em nosso país. Apontam ainda que as formações oferecidas pela Rede Municipal de Educação de Florianópolis são insuficientes para garantir a implementação da legislação, mas, em contrapartida, nenhum deles procurou outras formações sobre a temática debatida em outras instituições e confirmam conhecerem sites que trabalham com as temáticas em questão.

Nos questionários aplicados com 15 estudantes voluntários da EJA Centro I – Matutino, apenas um diz conhecer muito sobre a África e em sequência apresenta seus saberes: escravizados, raça, folclore e cultura. Dois dizem nada conhecer e os demais concluem pouco discernir acerca das características e representações sobre o continente africano. De acordo com as informações colhidas, a grande maioria dos estudantes que responderam ao questionário continuam estabelecendo relações entre África e pobreza, fome, doenças, negros e cultura afro-brasileira.

É possível aferir sentido às respostas analisando que os estudantes, ao pensarem na África e nas populações afro-brasileiras, realizam conexões com antigos e presentes imaginários de desprestígio quanto à temática, pois não evidenciam aspectos positivos sobre estas populações, enfoques nem cogitados em seus olhares e perspectivas, dada a formação colonialista e racista presente em nossa sociedade.

Ainda com base neste aspecto do questionário, pode-se chegar à conclusão de que os estudantes, mesmo com as pesquisas sobre temáticas afins e orientação dos professores, não foram capazes de se perceberem falando sobre História da África ou cultura africana e afro-brasileira e atribuir sentidos aos momentos em que tomaram contato com discussões pertinentes (realizadas) sobre a temática.



De posse deste diagnóstico, ocorreu o levantamento das problemáticas desenvolvidas pelos estudantes entre 2010 a 2015 e observou-se alguns temas mais persistentes, trazendo um perfil bastante nítido em direção à História local. Natânia Nogueira e Lucilene Silva (2010, p. 233) apresentam alguns argumentos pertinentes a respeito desta relação:

A noção de espaço local ou regional é flexível e varia de acordo com o curso da história. A importância da história local e regional está na história elaborada com base nas realidades particulares dos locais, trabalhando com a diferença, com a multiplicidade, apresentando o que há de concreto na dinâmica social e no cotidiano das pessoas que viveram longe dos grandes centros. [...] É a partir do local que o aluno começa a construir sua identidade e a se tornar membro ativo da sociedade civil.

A escolha de problemáticas relativas à história local tem como finalidade apresentar aos estudantes o conhecimento de que Santa Catarina, em especial Florianópolis, possui forte presença africana ao longo de sua história, desde o tempo em que se chamava Desterro, desvinculando, assim, a imagem de uma cidade construída como branca, açoriana, sem presença de origem africana.

A história local e sua importância constitui discussão pertinente, alvo de pesquisas de um grande número de historiadores e professores preocupados em fazer do ensino de História instrumento de proximidade dos estudantes, bem como conhecimento sobre os locais onde residem, estudam e trabalham. Na EJA, este interesse merece destaque e impacta diretamente a realidade do aluno.

A partir de então, houve a busca por materiais no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB/UDESC de trabalhos acadêmicos que servissem como fonte para a escrita da história local que trouxesse sujeitos de origem africana para a cena histórica. Assim, uma escrita da história da cidade de Florianópolis permeada de presença de populações de origem africana é possível! Falar de construções históricas, como a ponte Hercílio Luz e o Miramar, e do descaso com bairros populares é um convite para voltar no tempo e imaginar uma Nossa Senhora do Desterro, antigo nome da cidade, com intensa presença de africanos cativos, libertos e livres realizando as mais diversas atividades no centro da cidade então dividido em pequenos bairros, bem diferente da configuração atual.



A presença de homens e mulheres africanas e afrodescendentes nos bairros e, principalmente, desempenhando as funções rotineiras da cidade é um dos elementos que deixam em evidência a importância das populações de origem africana no cotidiano desterrense. As fontes arquivísticas apontam para suas existências no vaivém das atividades cotidianas, sendo a rua o lugar, por excelência, ocupado por estes sujeitos históricos. Mesmo com o fato de que a historiografia dominante até os anos 1980 pouco se importava com a presença destas populações, e na prática invisibilizava estes grupos em Santa Catarina, eles tinham papel fundamental na vida da cidade e constituíam sujeitos fundamentais na engrenagem cotidiana de Desterro, construindo múltiplas estratégias e diferentes arranjos na luta diária por sobrevivência e autonomia, possibilitando que as relações de solidariedade fossem estabelecidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atualidade, novos sujeitos buscam e reivindicam espaços de poder e construção de olhares históricos positivados sobre sua contribuição para formação do país, além das demandas por respeito, igualdade de oportunidades e espaços de poder. Não é mais possível manter o ensino de uma “história única” (Adichie, 2012), que invisibiliza sujeitos e retira de todos o direito de conhecer novos olhares sobre os temas e abordagens que se apresentaram, desde sempre, na história brasileira, sob lentes europeizadas.

Mesmo passados mais de dez anos de aprovação da Lei Federal 10.639/03, ainda vivemos um processo de sensibilização dos professores para o cumprimento da legislação vigente, como responsabilidade pela construção de um país onde as diferenças não constituam instrumentos de hierarquização de culturas e saberes. O cumprimento desta legislação não é questão de desejo ou escolha de cada profissional em sala de aula, mas detém caráter de obrigatoriedade.

Torna-se salutar elaborar materiais pautados numa história que rompa com a invisibilidade das populações de origem africana e traga à tona debates sobre sua existência e experiências.



A branquitude interfere preponderantemente nos encaminhamentos pedagógicos e na manutenção de estruturas de ensino que desprestigiam os afrodescendentes, conformando questionamentos fundamentais quanto à adoção de referências teóricas que desvinculem os sujeitos de perspectivas racistas.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda. *O perigo da história única*. 2012. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=EC-bh1YARsc>>. Acesso em: 29 nov. 2014.

BITTENCOURT, Circe. Identidade nacional e ensino de História do Brasil. In: KARNAL, Leandro (Org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2003.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 1996.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 10.639/03, de 09 de janeiro de 2003*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 27 Fev. 2015.

CARDOSO, Lourenço. *O branco "invisível": um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957-2007)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2008.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. Multiculturalismo e Políticas de Ação Afirmativa: Luta pela Promoção de Igualdade Racial no Brasil. In: CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco; RASCHE, Karla Leandro. *Formação de Professores: produção e difusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana*. Florianópolis: DIOESC, 2014.

CME. Conselho Municipal de Educação de Florianópolis. *Resolução n. 01, de 17 de dezembro de 2008*. Florianópolis, 2008.

CME. Conselho Municipal de Educação de Florianópolis. *Resolução n. 02, de 27 de dezembro de 2010*. Florianópolis, 2010.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. Educação de Jovens e Adultos e questão racial: algumas reflexões iniciais. In: SOARES, Leôncio José Gomes; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino. (Org.). *Diálogos na Educação de Jovens e Adultos*. 4. ed. São Paulo: Autêntica, 2011.

MULLER, Tânia; COELHO, Wilma. A Lei n. 10.639/03 e a formação de professores: trajetórias e perspectivas. *Revista da ABPN*, v. 5, n. 11, p. 29-54, Jul./Out., 2013.



NOGUEIRA, Natânia Aparecida da Silva; SILVA, Lucilene Nunes. Os desafios para a construção de uma história local – o caso de Leopoldina, Zona da Mata de Minas Gerais. *Revista Polyphonia*, v. 21, n. 1, p. 229-242, jan./jun. 2010.

PEREIRA, Junia Sales. Reconhecendo ou Construindo uma Polaridade étnico-identitária? Desafio do Ensino de História no imediato contexto pós Lei n. 10639. *Revista Estudos Históricos*, v. 21, n. 41, 2008.

PPP - *Projeto Político Pedagógico do EJA Centro I - Matutino - Escola Silveira de Souza. Florianópolis, 2015.*

SANTOS, Carina Santiago dos. *A Educação das Relações Étnico-Raciais e o ensino de História na Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Florianópolis (2010 – 2015)*. 2016. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2016.

SME. Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis. Departamento da Educação de Jovens e Adultos. *Diretrizes para a EJA*. Florianópolis, 2012.

*Recebido em setembro de 2017
Aprovado em dezembro de 2017*